

Relatório de avaliação do passivo judicial

+

Relatórios de Gestão Atuarial

+

Seleção Pública de EFPC

-

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conhecida como Reforma da Previdência, determinou a criação do Regime de Previdência Complementar (RPC) dos estados e municípios.

A instituição do Regime de Previdência Complementar deve ser feita por todos os Entes Federativos que possuam Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), até novembro de 2021.

Para isso, a Prefeitura de São José do Rio Preto, através do Decreto nº 18.986, de 06 de agosto de 2021, determinou que caberá a Diretoria colegiada da RIOPRETOPREV a condução do processo administrativo de escolha da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Portanto, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 661/2021, o Município de São José do Rio Preto vai instituir seu RPC no segundo semestre de 2021, por. Esta será mais uma opção aos servidores do município que estejam pensando no futuro e queiram complementar sua aposentadoria.

Caso a exigência seja descumprida, o município de São José do Rio Preto não renovará o Certificado de Regularidade Previdenciária, que o impede de receber recursos voluntários da União, contrair empréstimos, fazer convênios, prejudicando o funcionamento do município.

Importante destacar:**1) Obrigação Constitucional**

A instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) pelo Município é uma obrigatoriedade que nasceu da Reforma da Previdência.

2) Caráter facultativo

Sua adesão não é obrigatória. Os servidores farão a opção por aderir ou não ao RPC.

3) Público-alvo

Novos servidores do Município que ingressarem no serviço público municipal a partir da data da instituição do RPC.

4) Vigência

O RPC entrará em vigor assim que for publicada a autorização pelo Órgão Fiscalizador do Convênio de Adesão do patrocinador com a entidade fechada de previdência complementar (EFPC), a ser selecionada pelo município em breve.

Lei Complementar nº 661, de 07 de julho de 2021: Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de São José do Rio Preto, fixa o limite máximo de valor para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal, e dá outras providências

Decreto nº 18.986, de 06 de agosto de 2021: Delega à RIOPRETOPREV a competência para os atos relacionados aos procedimentos para a implantação do Regime de Previdência Complementar no Município

EDITAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESCOLHA DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC - Nº 01/2021

• Respostas aos Pedidos de Esclarecimentos[Esclarecimentos – MAG – Contagem de Prazo](#)[Esclarecimentos – MAG – Comprovação da Situação Normal de Funcionamento](#)[Informe ao Mercado – Quantidade de Servidores Ativos com Remuneração Superior ao TETO do RGPS](#)**• Propostas Recebidas**[APREV](#)[BB Previdencia](#)[Fundação Família Previdência](#)[MAG](#)[PREVCOM](#)[PREVES](#)[Real Grandeza](#)[RS PREV](#)**• Cronograma Processo de Seleção EFPC**[Cronograma Processo de Seleção EFPC](#)[Retificação do Cronograma Processo de Seleção EFPC](#)[2ª Retificação do Cronograma Processo de Seleção EFPC](#)**• Prévia do Relatório da Comissão de Escolha de EFPC****• Recursos Protocolados EFPC****• Contrarrazões Protocoladas****• Julgamento dos Recursos**[Parecer da Diretoria Técnica](#)[Parecer/Decisão da Superintendência – Nega Provimento ao Recurso](#)**• Minutas do Convênio de Adesão com a PREVCOM-SP**[Termo de Compromisso](#)[Convênio de Adesão](#)**• Publicação da Aprovação da PREVIC: Portaria Previs nº 231, de 07 de março de 2022 - Aprova convênio de adesão - São José do Rio Preto**